

**HABEAS CORPUS Nº 548.055 - AL (2019/0354077-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**IMPETRANTE** : **LEANDRO DA SILVA SANTOS E OUTROS**  
**ADVOGADOS** : **MANOEL LEITE DOS PASSOS NETO E OUTRO(S)** - AL008017  
LEANDRO DA SILVA SANTOS - AL0015249  
ALFREDO SOARES BRAGA NETO - AL015998  
**IMPETRADO** : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS**  
**PACIENTE** : **FABIANE OGEDA CARLI (PRESO)**  
**INTERES.** : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de FABIANE OGEDA CARLI contra decisão liminar do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas (HC n. 0800292-17.2019.8.02.9002).

Segundo consta dos autos, a paciente foi presa preventivamente em 22/11/2019 pela suposta prática do crime de estelionato, tipificado no art. 171, §3º, c/c o art.14, inciso II, ambos do Código Penal.

Homologado o flagrante, foi concedida a liberdade provisória mediante fiança, arbitrada no valor de 15 (quinze) salários mínimos, equivalente a R\$ 14.970,00 (quatorze mil, novecentos e setenta reais) (e-STJ fls. 53/57).

Inconformada, a defesa impetrou *habeas corpus* no Tribunal de origem, postulando a exoneração da fiança arbitrada, com a consequente expedição do alvará de soltura em favor da paciente.

O Relator da ação na origem, contudo, indeferiu a liminar (e-STJ fls. 60/64).

Na presente oportunidade, a defesa afirma a ilegalidade da manutenção da prisão preventiva da paciente, diante da ausência dos requisitos autorizadores da segregação cautelar, ressaltando as suas condições pessoais favoráveis – primária e com residência fixa.

Afirma, que a paciente não tem condições econômicas de arcar com o valor arbitrado – 15 salários mínimos, o equivalente à R\$ 14.970,00

(quatorze mil, novecentos e setenta reais), permanecendo presa preventivamente, por esse motivo (e-STJ fls. 66/74).

Diante disso, pede em liminar e no mérito, a concessão da liberdade provisória da paciente, sem arbitramento de fiança, com a expedição do competente alvará de soltura em seu favor, tudo com superação do enunciado 691 do STF.

É o relatório. **Decido.**

Preliminarmente, cumpre esclarecer que as disposições previstas nos arts. 64, III, e 202, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça não afastam do relator a faculdade de decidir liminarmente, em sede de *habeas corpus* e de recurso em *habeas corpus*, a pretensão que se conforma com súmula ou a jurisprudência consolidada dos Tribunais Superiores ou a contraria (AgRg no HC 513.993/RJ, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 01/07/2019; AgRg no HC 475.293/RS, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 27/11/2018, DJe 03/12/2018; AgRg no HC 499.838/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 11/04/2019, DJe 22/04/2019; AgRg no HC 426.703/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 18/10/2018, DJe 23/10/2018 e AgRg no RHC 37.622/RN, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 6/6/2013, DJe 14/6/2013).

Nesse diapasão, *uma vez verificado que as matérias trazidas a debate por meio do habeas corpus constituem objeto de jurisprudência consolidada neste Superior Tribunal, não há nenhum óbice a que o Relator conceda a ordem liminarmente, sobretudo ante a evidência de manifesto e grave constrangimento ilegal a que estava sendo submetido o paciente, pois a concessão liminar da ordem de habeas corpus apenas consagra a exigência de racionalização do processo decisório e de efetivação do próprio princípio constitucional da razoável duração do processo, previsto no art. 5º, LXXVIII, da Constituição Federal, o qual foi introduzido no ordenamento jurídico*

*brasileiro pela EC n.45/2004 com status de princípio fundamental (AgRg no HC 268.099/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 2/5/2013, DJe 13/5/2013).*

*Na verdade, a ciência posterior do Parquet que, longe de suplantar sua prerrogativa institucional, homenageia o princípio da celeridade processual e inviabiliza a tramitação de ações cujo desfecho, em princípio, já é conhecido ( EDcl no AgRg no HC 324.401/SP, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, QUINTA TURMA, julgado em 2/2/2016, DJe 23/2/2016).*

*Em suma, para conferir maior celeridade aos habeas corpus e garantir a efetividade das decisões judiciais que versam sobre o direito de locomoção, bem como por se tratar de medida necessária para assegurar a viabilidade dos trabalhos das Turmas que compõem a Terceira Seção, a jurisprudência desta Corte admite o julgamento monocrático do writ antes da ouvida do Parquet em casos de jurisprudência pacífica (AgRg no HC 514.048/RS, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 06/08/2019, DJe 13/08/2019).*

Com efeito, o *habeas corpus* não pode ser utilizado como substitutivo de recurso próprio, a fim de que não se desvirtue a finalidade dessa garantia constitucional, com a exceção de quando a ilegalidade apontada é flagrante, hipótese em que se concede a ordem de ofício.

Além disso, não se admite *habeas corpus* contra decisão que indefere liminar proferida em impetração originária, por configurar indevida supressão de instância, consoante dispõe o enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Em situações excepcionais, entretanto, como forma de garantir a efetividade da prestação jurisdicional nas situações de urgência, uma vez constatada a existência de flagrante ilegalidade, abuso de poder ou teratologia, é possível a superação do mencionado enunciado sumular (HC n. 318.415/SP, Relator Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, Quinta Turma, julgado em

4/8/2015, DJe 12/8/2015).

Entendo ser a hipótese dos autos.

A prisão preventiva é uma medida excepcional, de natureza cautelar, que autoriza o Estado, observadas as balizas legais e demonstrada a absoluta necessidade, a restringir a liberdade do cidadão antes de eventual condenação com trânsito em julgado (art. 5º, LXI, LXV, LXVI e art. 93, IX, da CF).

Para a privação desse direito fundamental da pessoa humana, é indispensável a demonstração da existência da prova da materialidade do crime e a presença de indícios suficientes da autoria, bem como a ocorrência de um ou mais pressupostos do artigo 312 do Código de Processo Penal.

Exige-se, ainda, na linha perfilhada pela jurisprudência dominante deste Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, que a decisão esteja pautada em lastro probatório que se ajuste às hipóteses excepcionais da norma em abstrato e revele a imprescindibilidade da medida, vedadas considerações genéricas e vazias sobre a gravidade do crime.

Destaco os seguintes precedentes do Supremo Tribunal Federal e desta Corte que traduzem bem essa compreensão: STF, AgRg no HC n. 128.615, Relator Ministro CELSO DE MELLO, Segunda Turma, julgado em 18/8/2015, publicado em 30/9/2015; STF, HC n. 126.815, Relator Ministro MARCO AURÉLIO, Relator p/ acórdão Ministro EDSON FACHIN, Primeira Turma, julgado em 4/8/2015, publicado em 28/8/2015; STJ, HC n. 321.201/SP, Relator Ministro FELIX FISCHER, Quinta Turma, julgado em 6/8/2015, DJe 25/8/2015; e STJ, HC n. 296.543/SP, Relator Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, Sexta Turma, julgado em 2/10/2014, DJe 13/10/2014.

No particular, em uma análise do inteiro teor da decisão singular (e-STJ fls. 53/57), o próprio magistrado consignou que não se verifica presença de elementos concretos, ajustados às hipóteses legais que autorizam, excepcionalmente, a restrição da liberdade (e-STJ fls.55/56 *grifei*):

[...]

*A materialidade do fato resta demonstrada através do Auto de Exibição e Apreensão de fl.14. Embora a autoridade policial tenha tipificado o crime como artigo 171. § 3º. no presente caso vislumbra-se em tese, a incidência dos artigos 297 (falsificação de documento público) e art. 299 (falsidade ideológica), uma vez que a autuada fez inserir declaração falsa.*

*Os indícios de autoria estão consubstanciados diante dos depoimentos testemunhais bem/ como do interrogatório da conduzida (fls. 07/09 e fl. 10).*

*Não há, entretanto, elementos que demonstrem ser a flagrada pessoa periculosa, propensa à prática de crimes ou que possa se furtar da aplicação da lei penal ou dificultar a instrução criminal.*

*Outrossim, à parte de tudo isso, com a vigência da Lei nº 12.403/2011, que trouxe à legislação processual penal um leque de medidas cautelares alternativas à prisão preventiva, a prisão da conduzida pode ser substituída por medidas cautelares, as quais se mostram adequadas e suficientes diante das circunstâncias do caso, da gravidade do delito e das condições pessoais da investigada.*

[...]

*Após análise dos autos, verifico que a aplicação da fiança se mostra suficiente e adequada para resguardar a ordem pública afetada pela prática delituosa*

*A fiança encontra previsão legal no art. 319, VIII, do CPP e, nas hipóteses em que é admitida, também deve perseguir uma das finalidades indicadas no art. 282, I, do CPP. Merece destaque o posicionamento de Andrey Borges de Mendonça, a saber:*

*"Em geral, a fiança será aplicada como forma de vincular o acusado ao processo, evitando a fuga, seja durante o trâmite procedimental ou em caso de condenação. Um valor é depositado justamente para garantir que o réu não se ausentará e, ainda, que cumprirá os deveres processuais que lhe são previstos, entre eles o de não voltar a delinquir<sup>1</sup>"*

*Com relação aos valores de fiança que podem/devem ser arbitrados, a legislação penal trouxe os seus parâmetros:*

*An. 325. O valor da fiança será fixado pela autoridade que a conceder nos seguintes limites:*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*I - de 1 (um) a 100 (cem) salários mínimos, quando se tratar de infração cuja pena privativa de liberdade, no grau máximo, não for superior a 4 (quatro) anos;*

*II - de 10 (dez) a 200 (duzentos) salários mínimos, quando o máximo da pena privativa de liberdade cominada for superior a 4 (quatro) anos.*

*Em sendo o presente caso de suposta falsificação de documento público e falsidade ideológica, cuja pena máxima ultrapassa a 04 (quatro) anos, a fiança deverá ser fixada de 10 (dez) a 200 (duzentos) salários-mínimos.*

E aplicou a seguinte medida cautelare (e-STJ fl.57):

*[...]*

*Portanto, analisando as peculiaridades do caso concreto à luz do art 3<sup>o</sup> do CPP visualizando a informação de que a conduzida teria pretensões de fazer movimentações milionárias bem como tendo em vista a natureza das infrações, arbitro o valor da fiança em 15 salários-mínimos, fixando-a no valor de R\$ 14.970,00 (catorze mil, novecentos e setenta reais).*

Todavia, a decisão condicionou a expedição do alvará de soltura ao prévio pagamento da fiança, tanto que ainda continua presa.

Ocorre que o Superior Tribunal de Justiça entende não ser possível a manutenção da custódia cautelar tão somente em razão do não pagamento do valor arbitrado a título de fiança, conforme o art. 350 do Código de Processo Penal.

**HABEAS CORPUS SUBSTITUTO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. LESÃO CORPORAL. LIBERDADE PROVISÓRIA DEFERIDA COM ARBITRAMENTO DE FIANÇA. IMPOSIÇÃO DE PRISÃO PREVENTIVA PELO NÃO RECOLHIMENTO DO VALOR. HIPOSSUFICIÊNCIA. APLICAÇÃO DO ART. 350 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL CONFIGURADO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.**

**1. O habeas corpus não pode ser utilizado como substitutivo de recurso próprio, a fim de que não se desvirtue a finalidade dessa garantia constitucional, com a exceção de quando a ilegalidade apontada é flagrante, hipótese em que se concede a ordem de ofício.**

2. Ausentes os requisitos autorizadores da segregação preventiva, configura constrangimento ilegal a prisão do paciente com base unicamente no não pagamento da fiança. Precedentes.

3. A teor do art. 350 do Código de Processo Penal, nos casos em que couber fiança, o juiz, verificando a situação econômica do preso, poderá conceder-lhe liberdade provisória, sujeitando-o às obrigações constantes dos arts. 327 e 328 daquele diploma e a outras medidas cautelares, se for o caso.

4. Ordem não conhecida, mas concedida de ofício para deferir ao paciente a liberdade provisória, independente de novos recolhimentos de valores a título de fiança, mantidas as demais medidas cautelares e protetivas anteriormente fixadas. (HC 486.990/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 19/03/2019, DJe 08/04/2019)

*HABEAS CORPUS. FURTO QUALIFICADO TENTADO. CONCESSÃO DA LIBERDADE PROVISÓRIA MEDIANTE O PAGAMENTO DE FIANÇA. IMPOSSIBILIDADE DE ADIMPLEMENTO. CONSIDERÁVEL TEMPO DE PRISÃO APÓS A DECISÃO CONCESSIVA. HIPOSSUFICIÊNCIA VERIFICADA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL CARACTERIZADO. ORDEM CONCEDIDA, RATIFICADA A LIMINAR.*

1. *É cediço nesta Casa que o inadimplemento da fiança imposta, por si só, não é capaz de fundamentar a manutenção da custódia cautelar, devendo ser observado o que preconiza o art. 350 do Código de Processo Penal.*

2. *Na espécie, o paciente permaneceu custodiado mesmo após a decisão concessiva da liberdade, em virtude de não ter condições de adimplir com o valor arbitrado a título de fiança, ante a sua hipossuficiência, o que se extrai do tempo que permaneceu no cárcere - não obstante a soltura condicional que lhe foi deferida.*

3. *Habeas Corpus concedido, ratificada a liminar.* (HC 444.263/SP, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 17/05/2018, DJe 01/06/2018).

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, XX, do RISTJ, **não conheço** do presente *habeas corpus*. Contudo, **concedo a ordem**, de ofício, para apenas determinar a imediata soltura da paciente, independente do prévio

# *Superior Tribunal de Justiça*

recolhimento da fiança, salvo se por outro motivo estiver presa.

Comunique-se, com urgência, ao Tribunal estadual e ao Juízo de primeiro grau, encaminhando-lhes o inteiro teor da presente decisão.

Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator